

Autores e obras de referência nas *Memórias Paroquiais*
de 1758 do Distrito de Braga
(Elementos para o Estudo da Cultura Eclesiástica Portuguesa)

José Viriato Capela

Estudos em Homenagem a Luís António de Oliveira Ramos
Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2004, p. 341-352

Autores e obras de referência nas *Memórias Paroquiais de 1758* do Distrito de Braga

(Elementos para o estudo da cultura eclesiástica portuguesa)

José Viriato Capela

1 - Nota prévia

O programa de edição das *Memórias Paroquiais de 1758* para o território dos 3 distritos nortenhos de Braga, Viana do Castelo e Vila Real em curso, permite-nos desde já apresentar uma 1ª versão de parte de um texto relativo à formação e cultura do clero paroquial bracarense, redactor daquelas *Memórias* paroquiais, no que diz respeito ao Distrito de Braga.

Este nosso estudo circunscreve-se essencialmente ao intuito de fornecer elementos que permitam uma abordagem cultural da Memorialística e História Local portuguesa de que muitos párocos são importantes cultores e de que muitas *Memórias Paroquiais* são singulares expressões. Ele é parte de um «Esboço de um Dicionário para a leitura e exploração das *Memórias Paroquiais de 1758*», que na edição daquelas *Memórias* do Distrito de Braga fixam os elementos mais relevantes dos autores e obras citadas nas *Memórias Paroquiais* e o modo como elas são utilizadas e citadas na respectiva *Memória*.^x

Parece-me assim em maneira mais apropriada para me integrar na homenagem ao Prof. Luís A. de Oliveira Ramos que na sua História de Portugal particular valorização prestou à componente cultural da História Portuguesa.

2 - A escolaridade dos clérigos bracarenses

O Inquérito paroquial de 1758 da autoria do Padre Luís Cardoso a cuja implementação a monarquia josefina e (Pombal) deram o maior apoio, produziu um dos mais extensos e qualificados acervos documentais relativos à Memória e História das paróquias portuguesas.

O seu estudo (e também a sua edição) pressupõe obviamente o conhecimento do papel dos autores - memorialistas porque se é certo que a redacção do Inquérito produziu alguma orientação e formatação das respostas, não foi ao ponto de subsumir completamente nem o estilo das diferentes personalidades nem os horizontes culturais dos escritores.

Por mais que se valorize o texto das *Memórias* como realidade desligada das suas autorias, por mais que se minimize a expressão da escrita e o testemunho individual numa realização colectivamente realizada e fortemente condicionada e conduzida por uma grelha de questões, relativamente fechada, não deixa de ser necessário pelo menos e no essencial conhecer o perfil instrucional e cultural dos escritores memorialistas. Deste modo já que o estudo de cada caso individual é impossível numa obra de conjunto de edição de um volume alargado de *Memórias*, torna-se de todo

¹ José Viriato Capela - *As freguesias do Distrito de Braga nas Memórias Paroquiais de 1758. A Construção do imaginário minhoto setecentista*, Braga, 2003.

conveniente fixar os quadros essenciais e os vectores por onde se desenvolve a constituição de um perfil ou de um conjunto de perfis que recubram as principais situações e figurinos culturais dos párcos de meados de setecentos.

Obviamente, a aproximação a esse fundo comum de instrução e cultura dos eclesiásticos que estão à frente das paróquias rurais e urbanas portuguesas envia-nos de imediato para o ensino e para os *currícula* que se faz e ministra quer nos seminários diocesanos quer nas escolas ou seminários próprios das ordens religiosas. E isto porque há diferenças significativas nos modelos e objectivos da formação entre o corpo regular e o secular que perseguem objectivos não absolutamente coincidentes, até porque o objectivo da saída paroquial do clero das Ordens não é tão marcado nem finalista como o da ordenação secular. Ora apesar disso, não deixa de ser numericamente significativo o número de regulares que curam paróquias, tendo em vista o número de padroados e direitos de apresentação pertencentes às Ordens.

Para além do acompanhamento desse curso e percurso de formação nos seminários - fixado pelo Concílio de Trento como universal e obrigatório mas não único para o acesso ao presbiterado - torna-se necessário seguir também os termos e os modos como se habilitam, se promovem e decidem os concursos dos benefícios paroquiais e também como se promove aquilo que poderíamos chamar a "formação contínua" do clero através da realização das conferências eclesiásticas e também a actuação dos visitadores em acções de correição ordinária em prol da promoção do clero paroquial. E também é necessário seguir a formação académica universitária que muitos eclesiásticos podem vir adquirir depois da obtenção das ordens de acesso ao presbiterado, se é que dela não são já portadores, que lhes permitem ascender na ordem eclesiástica e concorrer aos mais importantes e ricos benefícios eclesiásticos paroquiais.

Nas *Memórias Paroquiais* raras são as informações nelas contidas que nos permitam conhecer as habilitações deste clero paroquial bem como a sua eventual formação e graus académicos.

Uma investigação conjugada sobre certas fontes disponíveis (designadamente das *Inquirições de Genere* ao tempo da entrada para o Seminário, dos Livros de Visita e dos Inquéritos eclesiásticos e nos próprios livros de Registo paroquial, entre outras muitas fontes) permitirá conhecer melhor os níveis de instrução e formação deste clero, e por eles fixar os termos da relação que tais formações estabelecem não só com o acesso aos diferentes tipos de benefícios paroquiais, num mercado muito concorrido, mas também com a qualidade do exercício do seu múnus paroquial. Foi o que intentamos numa rápida abordagem a algumas *Inquirições de genere*.

"As *Inquirições de genere* são uma excelente fonte para conhecer algumas habilitações dos candidatos ao sacerdócio. Elas são feitas para conhecer os progenitores (*de genere*), a vida (*de vita*) e os costumes (*de moribus*) dos candidatos que se habilitam ao ingresso no Seminário para obtenção da tonsura e 4 ordens menores. Inquire-se sobre quem são os ascendentes familiares, pais e avós da linha materna e paterna e também sobre comportamentos e costumes de todos. Ter ascendente judeu, mouro ou cigano é condição inibidora; ter parente eclesiástico é facilitador de tal ingresso.

Pelo conteúdo dos requerimentos trasladados nas *Inquirições* é possível conhecer pela voz dos próprios candidatos, as razões desta opção pela vida clerical e estado eclesiástico e nelas a componente da formação e valorização instrucional e cultural é em muitos casos relevantemente afirmada. Em muitos casos os justificativos são de natureza pastoral, isto é, pretendem obter ordens para colaborar na pastoral das paróquias por falta de clérigos ou por circunstâncias de freguesias muito populosas, com lugares distantes e cujas acessibilidades levantam muitos obstáculos à administração dos sacramentos, justificando-se muitas vezes com a igreja ou paróquia que se pretenda ir servir e que está naquelas condições. Noutros casos são razões e justificações de natureza económica e/ou familiar, para que se avancem múltiplos justificativos, a saber, a necessidade do amparo de mães viúvas, filhos órfãos e irmãs donzelas, bem como a pobreza e as necessidades de familiares próximos e também as dificuldades económicas próprias para a prosseguir estudos ou até o cumprimento de vontades e legados deixados por familiares. Noutros casos invocam-se razões e justificativos de natureza formativa e educativa que tem a ver com a vontade de prossecução e o aprofundamento de estudos de que são portadores e que foram adquiridos em geral, segundo dizem, numa perspectiva de vida futura eclesiástica e que pretendem continuar.

Do leque dos condicionalismos gerais que dizem reunir para aceder a ordens, atentemos nas

informações de natureza instrucional que são possíveis de colher nestas inquirições no sentido de uma aproximação ao perfil destes candidatos ao Seminário que nele pretendem ingressar para realizar os estudos que lhes dê acesso às ordens menores e por aí ao diaconado e presbiterado.

A consulta de algumas inquirições *de genere*, colhidas de forma aleatória e distribuídas por todo o Arcebispado, ao longo do século XVIII, permite de facto de entre as condições gerais nelas expostas separar aquele conjunto de referências propriamente escolares e disciplinares que aqui nos interessa salientar, tendo em vista a compreensão literária e cultural das *Memórias* produzidas.

Como se pode depreender de algumas inquirições, o Arcebispo fixa por Edital, que se presume anual, as condições gerais a que obedece a candidatura à frequência do Seminário e obtenção de ordens menores. Não tivemos acesso aos temas de qualquer Edital e portanto aos requisitos necessários aí fixados. No que diz respeito aos requisitos escolares as informações dos candidatos objecto de inquirição, permitem constituir diferentes perfis e condições de acesso com base nas habilitações, estudos e conhecimentos de que dizem ser portadores. Vamos arrumá-los em 3 rubricas principais, a saber, a) os estudos; b) o exame de suficiência; c) a admissão anterior pelo Arcebispo e a constituição de lista de espera.

No que diz respeito aos estudos invocados, o que se pode dizer é que as situações escolares e instrucionais dos candidatos a ordens são já muito variáveis. Na impossibilidade de estabelecer o perfil de formação e instrução mais comum, registam-se aqui as principais situações aduzidas, tentando escalar pelas informações que vão definidas de um modo demasiado geral, uma certa hierarquia.

Um primeiro conjunto é o daqueles candidatos que, em regra, junto de eclesiásticos e párocos nas suas aldeias, vilas ou na cidade de Braga, fazem os estudos elementares da Leitura, da Escrita e da Gramática Latina, que se estendem, em regra por um ciclo de 5 anos. Só estes estudos e conhecimentos básicos permitem o acesso ao estudo de nível "secundário" de disciplinas e à frequência de cursos que se distribuem em ciclos de vários anos. Inicia-se aqui efectivamente uma 2-plataforma de instrução que prevê voos mais largos e que naturalmente obriga a maiores recursos já que é necessário sair da aldeia ou até da vila natal para frequentar os estudos nas vilas maiores ou cidade de Braga onde tais disciplinas e cursos funcionaram. Na maioria das inquirições, os candidatos assinalam a sua aplicação ao estudo das disciplinas gerais a este ciclo, referindo-se nuns casos ao estudo e competências em disciplinas isoladas, e em conjuntos de disciplinas, noutros casos ainda referindo ser escolares do Colégio de S. Paulo cujo plano de estudos gerais vão cumprindo, referindo muitas vezes o ano em que se encontram ou as disciplinas vencidas ou a vencer. Com excepção do Colégio de S. Paulo não se referem nestas inquirições outras escolas e mestres públicos ou particulares.

No entanto sabemos que em Braga se ensinava a meados do século XVIII, na sua principal instituição pedagógica e escolar, o Colégio de S. Paulo dos Jesuítas (até 1756, altura em que viria a ser encerrado por ordem do Ministro Pombal) Latinidade (5 aulas), Filosofia (2 aulas) e Teologia Moral (2 aulas). E no Colégio de N^ã Sr^ã do Pópulo, dos Agostinhos, também com estudos públicos funcionavam 2 cadeiras públicas de Teologia Especulativa e Sagrada Escritura. E nos oratorianos de S. Filipe de Néri, ensinava-se também, para o público Filosofia e Teologia. O Colégio de S. Paulo muito antigo na cidade havia sido entregue por D. Fr. Bartolomeu dos Mártires em 1560 aos Jesuítas com obrigação do ensino público e gratuito de 3 classes de Humanidades e Língua Latina de um curso contínuo de Artes, de uma Lição de Casos de Consciência.

O Colégio e as outras aulas públicas ensinam pois disciplinas que habilitam quer à frequência do Seminário, quer também ao acesso à Universidade de Coimbra. Mas os Estudos Gerais do Colégio servirão ainda de apoio aos estudos menores do Seminário, isto é, os minoristas seguirão no Colégio de S. Paulo os estudos das diversas disciplinas. D. Rodrigo da Cunha refere na sua *História Eclesiástica de Braga* que no seu tempo os colegiais do Seminário em número de 44 iam às aulas de Gramática e Filosofia no Colégio de S. Paulo. No Seminário havia apenas 1 aula de Cantochão diária, além das conferências e disputas ordinárias². E a meados do século XVIII, no Seminário de S. Pedro, a funcionar junto do Palácio Arcebispal, frequentavam-no 25 a 30 colegiais internos pensionários e porcionistas, além dos alunos externos, que frequentavam à sua custa, para além de alguns meninos do coro da Sé que depois de alguns anos de serviço, eram admitidos como colegiais.

No Seminário têm suas conferências de Filosofia e Teologia (dadas por 2 colegiais admitidos por concurso) e vão directamente ouvir as lições dos mestres da Companhia de Jesus e os que estudam Teologia também os dos padres eremitas de St^o Agostinho. No Seminário há ainda uma lição de Língua Latina para os meninos que servem no Coro e outra de Canto para todos (Coro e Colegiais).

Com a extinção do Colégio de S. Paulo em 1756, os seus estudos foram transplantados para o Seminário tendo para tal efeito sido criados logo em 1763 por provisão do Arcebispo D. Gaspar, 2 lugares de professores públicos, um de Filosofia e outro de Gramática para dar continuidade aos Estudos Públicos do extinto Colégio³.

Em muitas inquirições os candidatos a ordens referem a sua aplicação ou a titularidade de estudos diversos disciplinas singulares, mas a maior parte das vezes combinações delas, a saber, a Gramática, a Língua Latina, a Retórica, o Grego, a Filosofia, a Moral, a Teologia, o Cantochão, em 1, 2, 3 ou até mais anos de aplicação. Em muitos casos refere-se que esses estudos vão sendo seguidos nos *Estudos Gerais* do Colégio, que é de longe a instituição mais relevada nestas candidaturas. E aqui dentro as situações são múltiplas, referindo-se muitas vezes o ano da frequência de disciplinas ou do curso no seu conjunto.

Um terceiro patamar a configurar um perfil superior de candidato no que diz respeito ao nível instrucional é o constituído pelos que frequentam os estudos superiores, em Coimbra ou que aí já obtiveram uma formatura. Neste caso referem-se formaturas em Cânones pela referida Universidade. Mas são poucos casos.

A candidatura à frequência do Seminário obriga nalguns casos à sujeição a um exame de suficiência. Alguns candidatos foram, com efeito, despachados para se examinarem perante um examinador nomeado e os candidatos declaram tal ter efectuado e o resultado positivo. Este era certamente um mecanismo exigido àqueles candidatos cujos *curricula* se apresentavam insuficientes no que diz respeito aos domínios escolares. Nesta acção de examinadores exerceram importante papel certas Ordens, designadamente as que estavam ligadas ao ensino público daquelas matérias a examinar que eles ensinavam e em que eram considerados mestres de reconhecida competência. Até 1754 altura em que se romperam as relações do Arcebispo de Braga com os Jesuítas e estes deixam de ser chamados para examinadores sinodais dos concursos, para examinadores de Moral para habilitações para confessar e pregar, os Padres da Companhia vinham exercendo uma larga supremacia nestes exames. Mas neles participavam e depois participariam com mais força os Carmelitas e Oratorianos, muitas vezes indicados.

Por este papel de examinadores mas também de mestres públicos na cidade cujas aulas os pré-minoristas e os minoristas do Seminário frequentaram, exerceram estas Ordens um largo papel na formação literária e cultural destes futuros eclesiásticos e a eles se deve a maior ou menor competência literária, retórica, linguística, filosófica, teológica, na Doutrina, Casos e Moral do clero bracarense.

Pelo menos até meados do século XVIII altura em que o Colégio está activo, esse papel cabe aos Jesuítas que dominam o Ensino com o monopólio do ensino da Gramática e os actos de Examinações. Nele pontificam bons e menos bons mestres como refere o seu aluno, o futuro desembargador Inácio José Peixoto, mas o ensino e as orientações pedagógicas e filosóficas da escola da Companhia são claramente dominantes. Outras Ordens, outros mestres de Filosofia e Teologia, como os oratorianos, ganharão também grande fama na cidade.⁴ Mas a sua influência na formação do clero, tirando o das suas Ordens, naturalmente, foi bem menor.

Finalmente as autoridades eclesiásticas na posse destes dados e verificadas as condições de admissibilidade elaboravam as listas dos admitidos, para as vagas do próximo concurso e futuros. Alguns párocos referem que já se encontravam admitidos a ordens e constavam nas listas afixados, que se colocavam na porta da câmara eclesiástica. Estavam pois em lista de espera.

² Citado em Mons. Cónego J. Augusto Ferreira - *Fastos episcopais da Igreja Primacial de Braga* (Séc. III - séc. XX), Edição da Mitra Bracarense, T. III, 1932, p. 46.

³ José V. Capela - «Os Jesuítas bracarense e o seu papel no ensino e nas reformas morais e espirituais do século XVIII» in *Cadernos do Noroeste*, vol. 3, n.º 1-2, 1990, pp. 245 e ss.

⁴ Inácio José Peixoto - *Memórias particulares de (...). Braga e Portugal na Europa do século XVIII*. Braga, 1992.

3 - Os textos das *Memórias*. Níveis de alfabetização.

A leitura mais atenta e analítica dos textos das *Memórias* pode constituir um importante ponto de partida - e de chegada - para as abordagens do universo cultural do clero paroquial que a instrução e os estudos acima abordados podem proporcionar e condicionar. Fixemos para tal rapidamente, para além das autorias e dos próprios condicionamentos que o formulário do Inquérito cria - normalmente quanto à forma do discurso - aqueles indicadores contidos nos textos que nos podem conduzir e aproximar a diferentes níveis de alfabetização, de instrução e cultura dos nossos Memorialistas. Um primeiro diz respeito aos diferentes níveis de alfabetização. Eles aparecem-nos quase à vista desarmada e são imediatamente patentes a quem confronta diferentes registos memorialísticos atendendo designadamente na técnica da escrita e expressão textual. E a distinção e oposição é clara entre por um lado aquelas *Memórias* cuja escrita está em muitas partes próxima de uma cultura de oralidade, com um registo à margem de padrões gramaticais padronizados e construídos com base numa grafémica muito foneticista e por outro lado, aquelas outras *Memórias* onde o texto mantém em geral uma estruturação, uma matriz e uma erudição com forte base etimológica e gramatical.

Era extraordinariamente ilustrativo proceder neste texto a análises e comparações ortográficas, medindo e comparando estatisticamente, os grafemas expressão de uma cultura dominada pela oralidade, dos dominados pela regra e cânone gramatical. A título de exemplo atente-se nas variações da escrita do seguinte sintagma que exprime a relação vincular do pároco ao ofício mas também conhecimentos mais evoluídos de Latindade: Vigário ad nutum toties quoties/Vigário ad nutum ordinari/ Ad nutum removível ordinari/ Vigário ad nutum/Vigário adenuto/ Vigário adnutu/ Vigário adenutum. As variantes são significativas. E note-se que a esta expressão latina só recorre um número ínfimo de eclesiásticos, aqueles que melhor dominam o latim, porque muitos a tal não chegava ou mal chegava tal competência. Mas mesmo neste grupo de cultura e erudição superior ainda há fortes marcas de cultura de oralidade, expresso designadamente na variante adenuto.

São infundáveis os pontos de análise grafémica e textual onde se poderiam colher indícios seguros para uma aproximação aos diferentes padrões de alfabetização e instrução e por eles da cultura dos eclesiásticos paroquiais, que os historiadores da língua com a publicação destas fontes poderão explorar largamente.

A análise de conteúdo dos textos das *Memórias* permite por outro lado acercarmo-nos dos padrões e níveis de conhecimento relativos a um conjunto vastíssimo de questões e matérias tantas quantas são inquiridas pelos 60 *itens* de que se compõe o Inquérito. Tal análise poderá pois ser efectuada matéria a matéria a partir dos modos com que a eles se respondem mas também à valia global das informações e registo.

A fórmula do inquérito é à partida bastante limitativa das expressões mais livres e da opção de outras temáticas consideradas mais importantes relativas a uma mesma matéria, mas não deixaram de dar alguma liberdade aos párocos que alguns usam sem limites e sem ordem. Mas há que referir por outro lado que orientando as questões, o Inquérito permite uma análise comparativa que de outro modo não se consegue ou só se consegue com mais esforço crítico e metodológico permitindo um tratamento estatístico de dados qualitativos com elevada segurança.

4 - Autores e obras referidas

Um outro caminho para atingir os diferentes perfis e graus de cultura e instrução deste clero paroquial é seguir-lhe as leituras e obras de referência citadas nas *Memórias*.

O recurso ao apoio de autoridades e obras é indiscutivelmente um dos testemunhos mais claros da sua cultura e também do grau de mobilização dos memorialistas para uma mais cuidada, sustentada e crítica redacção da *Memória* das suas paróquias. E hoje é para nós um testemunho de primeira importância para circunscrevermos os horizontes e enquadramentos teóricos, doutrinários, científicos - positivos, históricos, literários ou outros - do tratamento e abordagem de certos factos e matérias que a leitura e o uso muito generalizado e comum de certas obras maiores, dá um tom de forte uniformidade e cria aquilo a que se tem chamado em toda a extensão, a sociedade da comuni-

cação do "Barroco".⁵

O apoio dos autores e obras de referência se é um recurso e prática comum em toda a escrita erudita, é-o por excelência na Arte de Retórica em que passagens de textos são, sem grandes limitações, totalmente integradas no discurso do orador. É o que se verifica também em algumas *Memórias* em que os párocos se relacionam do mesmo modo com esses autores e textos referenciais que chamam à colação e composição do texto, transferindo-os *ipsis verbis* para a *Memória* em apoio do que se pretende transmitir. E que precisam também, pelas mesmas razões de contestar e contrariar quando põem em causa factos e eventos relativos às terras que é necessário corrigir...e a que a passagem em claro sem qualquer correcção poderia prejudicar definitivamente e fazia correr o risco de obscurecer.

O núcleo mais importante das referências e textos a que recorrem os memorialistas das paróquias do Distrito de Braga diz respeito a obras e autores que tratam de Braga, sua província, diocese e paróquias, escritas em regra por autores bracarenses. Um segundo núcleo integra aquele conjunto de obras que se constitui ao longo dos séculos XVI-XVII e XVIII, como a "biblioteca básica" das referências essenciais que conformam o núcleo por excelência da cultura portuguesa do seiscentismo. Um terceiro núcleo integra o concurso daquelas obras que constituem os instrumentos de apoio ao exercício do ministério quotidiano do pároco na paróquia, em uso na diocese bracarense, a saber, o Missal, o Breviário, o Catecismo, entre outras.

A generalidade das obras e autores podem e vão ser usados a propósito de diferentes matérias. Algumas pela sua natureza enciclopédica ou dicionarista terão mesmo um uso extraordinariamente elevado, como é o caso do Padre Carvalho da Costa e da sua *Corografia Portuguesa*. Mas outras servem essencialmente o tratamento de questões mais específicas. Deste ponto de vista é possível proceder a algumas arrumações temáticas dominantes que servirão para classificar as obras (e também os autores) referenciados nestas *Memórias*.

Desde logo as obras de índole religiosa, hagiográfica e também de apoio às liturgia, onde emergem em plano destacado as duas mais importantes compilações ou recolhas enciclopédicas de santidades, o *Agiolégio Lusitano* de Jorge Cardoso (1606-1669) e o *Santuário Mariano* de Fr. Agostinho de sé Maria (1642-1728). E a ele devem também agregar-se duas obras marcantes da literatura Histórica bracarense, a saber, desde o mais antigo, Paulo Orósio nas suas diferentes obras, aos mais recentes, o Fr. Luís de Sousa (c. 1555-1632) na *Vida de D. Fr. Bartolomeu* e na *História de S. Domingos* e também o Fr. Pedro Poiães (-1678) no *Tratado panegírico em louvor da villa de Barcelos* (...) citado a propósito do milagres das cruces. Afins a estes devem referir-se os "usualis" para o exercício do múnus paroquial-eclesiástico, a saber, o *Martiroológico Romano* (onde vai também o *Martiroológico Lusitano dos Santos do Reino*) e o *Breviário Bracarense*.

Um outro conjunto de obras referenciadas que mantendo uma proximidade originária muito grande com o fundo anterior, não deixam também de se ligar à vida civil, social e constitucional e até política, inserindo-se no campo muito vasto da *Vida e Organização eclesiástica diocesana e das ordens religiosas*, em regra com uma componente muito forte da obra histórica, domínio muito florescente então como instrumento de afirmação político-social da Igreja e dos seus diferentes corpos e elementos sociais.

Neste campo alarga-se substancialmente o número das referências tendo em vista a temática e a sua abordagem ao nível da bibliografia local/provincial, mas também da portuguesa em geral. Aí vão citados desde logo as referências maiores da historiografia nacional do seiscentismo largamente dominantes pelo menos até ao Pombalismo: Manuel Faria e Sousa (1590-1649), nas *Memórias* apelidadas de «O Historiador» e Fr. Bernardo de Brito e a sua *Monarquia Lusitana* (1ª e 2ª parte, 1602 e 1609). E também as clássicas da Cronística e História Geral das Ordens que constituem contributos importantes para a História de Portugal, vista de uma perspectiva do papel nela desempenhado ou reivindicado por cada uma das grandes comunidades religiosas, a saber, Fr. Francisco Santa Maria - *O céu aberto na terra. História das Sagradas Congregações dos cônegos seculares de S. Jorge de Alga e S. João Evangelista em Portugal* (Lisboa, 1697); Fr. Leão de S. Tomás - *Beneditina Lusitana* (2 tomos, 1644,1651); D. Fr. Nicolau de St Maria - *Crónica da Ordem dos Cônegos Regrantes do patriarca St^o*

⁵ Margarida Vieira Mendes - *A oratória barroca de Vieira*, Editorial Caminho, 1989.

Agostinho e também a *Crónica de Cister* (1ª parte de Fr. Bernardo de Brito, Lisboa, 1602).

Esta cronística religiosa e sobretudo a das ordens liga naturalmente a historiografia portuguesa e a ultramarina à castelhana e alguns casos também à europeia por onde estes institutos se ramificam.

Vão nas *Memórias* citados o Fr. José Siguenza autor da *História da ordem de San Geronimo* (Madrid, 1605) como também a D. Mauro Castella Ferrer autor da *História del Apostol dejesucristo Santiago Cabedeo...* Madrid, 1610, naturalmente pelas enormes continuidades e proximidades da História jacobea e galega a Braga e ao Noroeste Peninsular.

Os clássicos da História eclesiástica bracarense têm nestas *Memórias* uma especial eleição. Em lugar muito destacado o "Arcebispo historiador" D. Rodrigo da Cunha (1577-1673), cuja obra é intensamente lida e usada e serviu para afirmar e defender a História das Antiguidades, Primazia e Dignidades bracarense. A sua principal obra no que a Braga concerne, a *História Eclesiástica de Braga* (1ª parte, 1634; 2ª parte, 1635) vai profusamente citada e é a partir dela que os memorialistas citam muitas outras obras das quais só tiveram este conhecimento indirecto. O outro grande autor e obra é o Contador de Argote (1676-1748) cuja obra *Memórias para a História Eclesiástica de Braga* escrita por encomenda da Academia de História, sem substituir D. Rodrigo da Cunha, reuniu mais elementos e pretendeu rever criticamente outros, sem grandes avanços.

A este fundo de referências religiosas, junta-se um outro importante bloco de autores e obras que abordam temas mais genericamente laicos porque na sua escrita e nos temas tratados, se envolvem também escritores e matérias eclesiásticas. Nele podemos destacar alguns núcleos temático-bibliográficos e cronológicos mais específicos que dirigem ao tratamento das seguintes matérias:

- a) Humanismo e Classicismo;
- b) Geografia histórica e História local;
- c) Genealogia;
- d) Corografia, ordenamentos políticos e jurisprudência

Deve-se notar que a referência a muitos se não mesmo à maior parte dos autores citados neste conjunto como aliás do anterior, são referências de 2ª mão que os memorialistas vão colher a autores maiores e mais acessíveis. É este o caso de D. Rodrigo da Cunha e a sua *História Eclesiástica*. E com mais força ainda o Padre Carvalho da Costa e a sua *Corografia Portuguesa* a partir da qual se citam muitos autores sobretudo os autores e as obras do século XVI do Humanismo e do Renascimento português, muitas delas ligados à descrição geográfica ou cosmográfica mas também à descrição do oficialato, poderes e organização político-administrativa das terras, ainda que nem sempre tal colagem venha referida.

Dos autores clássicos, sobretudo da cultura romana que o Humanismo renascentista reinstalou no cerne da cultura europeia e portuguesa no século XV e XVI, os nossos autores memorialistas fixam sobretudo os geógrafos, em particular os geógrafos que escrevem sobre a *Hispania* e a *Lusitânia*, quasi sempre, obviamente citados a partir de obras maiores, entre elas as acima referidas.

Assim aí aparecem, ainda que em rápidas referências o *Itinerário* de Antonino (ao qual segundo refere Contador de Argote escrevera uns *Comentários*) Ptolomeu, Plínio e Pompónio Mela. Os autores do humanismo português de Quinhentos têm aí algumas referências e vão citados também a propósito daqueles pontos onde a História e a Geografia Antiga e Moderna de Portugal tem grande relevo, a saber, e à cabeça, André de Resende. Mas também outros autores posteriores que aproximam a História da Geografia e são já fruto de um contexto cultural de transição entre o Humanismo Renascentista e a Cultura barroca da Reforma que como se sabe, na 2ª metade do governo de D. João III passara a moldar mais activamente a vida social e intelectual portuguesa. Neles se poderão incluir Manuel Severim de Faria, Duarte Nunes de Leão, o Doutor João de Barros, Gaspar Estaco.

Muito importante é o referencial de obras ligadas à Corografia, à Geografia histórica e à História local portuguesa. Tratam-se de domínios e obras que interessam muito particularmente à redacção destas *Memórias Paroquiais de 1758*, porque respondem activamente a questões/fe^s inscritos no Inquérito, cuja formulação aliás delas é directamente credora. De todas essas obras um local cimeiro vai para a *Corografia* de Carvalho da Costa que é de longe a obra mais citada directamente e que como se pode verificar forneceu quasi sempre e muitas vezes sem se referir o essencial das informações sobre a geografia política e administrativa (civil, senhorial e eclesiástica) a história política, social e institucional; as antiguidades, os ilustres, a economia e as produções das terras, a

população, as rendas das paróquias e por vezes também dos senhorios.

Grande impacto na renovação dos estudos e descrições das terras e território nacional tiveram duas obras que também vão citadas nas *Memórias*. Sobre elas é mais fácil porém falar em termos da sua influência na cultura histórica e geográfica portuguesa em geral, designadamente, na possível influência na redacção no novo *Inquérito* de 1758 do Padre Luís Cardoso, do que sobre a eventual influência que exerceram no auxílio à redacção das *Memórias Paroquiais*. É este o caso das obras mais marcadamente geográficas do Dr. João Baptista de Castro no *Mapa de Portugal* (1745-1758) e no *Roteiro Terrestre de Portugal* (1748) e da obra de Luís Caetano Lima - *Geografia Histórica* (1734-36). A estes autores coube a divulgação das novas bases científicas e matemáticas da Geografia para a tornar exacta e para quem definiram um papel único na escrita da História, a saber, a de ser o "olho" da História (ao lado da Cronologia) e que afirmaram que sem ela «um historiador (...) é como um pintor sem desenho, como um piloto sem carta de marear, como um general sem mapa do paíz» (Luís Caetano de Lima). Aliás o sentido da medida, da ordem, do cânone atravessa horizontalmente os mais importantes domínios científicos e por isso a redacção de repertórios (compilações de leis), das ortografias e gramáticas, das geografias são os géneros que os maiores autores do seiscentismo escrevem (como se verificou em B. Machado, Severim de Faria, Faria e Sousa e Duarte Nunes de Leão, para só citar autores que vão referenciados nestas *Memórias*).

A Academia de História ao estimular os estudos históricos nacionais e diocesano/provinciais está na origem da produção de algumas obras que logo os Memorialistas bracarenses usaram e tentaram imitar como protótipos. Uma é o caso dessa obra que se volverá o grande referencial da bibliografia portuguesa a *Biblioteca Lusitana* de Diogo Barbosa Machado, que apesar de acabar de ver os prelos (3 vols. 1741, 1747, 1752; o 4^o só verá a luz em 1759), os memorialistas já citam.

Outras são obras de conteúdo local e provincial escritas em obediência e em relação com os programas cometidos a cada um dos comissários historiadores de escrita da respectiva história eclesiástica e civil. Relativamente a Braga já se citou a obra de Contador de Argote, mas em relação com ela deve referir-se também de José Matos Ferreira e o seu *Tesouro escondido na serra do Geres* (1728), importante texto para o conhecimento da via romana bracarense da Geira mas também da geografia e cultura da serra e povos do Geres e que os memorialistas daquela área serrana do concelho de Terras de Bouro largamente citam.

Destacado lugar nestas referências tem as obras de Genealogia. Tal facto prende-se com a necessidade de documentar e identificar historicamente a nobreza, a linhagem e a ilustração de alguns naturais das terras adentro de um conceito que umas vezes é o da promoção e elogio da linhagem, outras vezes o da terra que as gerou e é sua pátria mas também é pátria comum.

De passagem vai citado o *Nobiliário* do Conde D. Pedro. Mas o mais largamente usado é o António de Vilas Boas e Sampaio (1629-1701) e a sua *Nobiliarquia Portuguesa*, escritor ligado a Barcelos e por isso largamente usado regionalmente. De resto outras obras podem integrar-se neste grupo como é o panegírico de Felix Machado na *Vida de Manuel Machado de Azevedo* (1660) que os memorialistas de Amares usam largamente.

Um conjunto significativo de obras vem do campo do nosso *Ordenamento político e da Jurisprudência*. Neste grupo devem-se anotar as referências ainda que passageiras e genéricas às *Ordenações do Reino* (1513-1608) e também a Duarte Nunes de Leão o autor do *Repertório das Ordenações e das Leis Extravagantes* (); às obras dos renomados jurisconsultos e comentaristas bracarenses às Ordenações, o Gabriel Pereira de Castro (1571-1632) e Francisco de Caldas Pereira (1543-1597), o M. Barbosa (e seus tomos de Direito).

Um lugar muito desenvolvido tem neste referencial a presença de autores e de textos castelhanos. Tal não deixa, naturalmente de ser expressão aqui também da grande circulação em Portugal das obras castelhanas e da publicação em castelhano de obras da literatura, da cultura e da história portuguesa que muito floresceram em Portugal antes, durante e ainda depois da União das Coroas de 1580-1640. Com efeito por questões de irradiação da cultura, da língua e do domínio castelhano, não admira que obras maiores e menores da cultura portuguesa se escrevessem e se editassem em castelhano e muitas vezes em ambas as línguas, a de Camões e a de Cervantes.

Para além dos autores portugueses já referidos que escrevem em castelhano e português, entre eles Faria e Sousa, Manuel Severim de Faria, Felix Machado e dos autores castelhanos já citados,

outros tiveram também referência nestas *Memórias*, a saber, o Florião de Ocampo autor com um papel importante na renovação da literatura geográfica espanhola de meados do séc. XVI, Estébam de Garybay y Zamalloa, o autor *dei Compendio historial de las chronicasy universal historia de todos dos reynos de Espana* (Anvers, 1571, obras que não vão citadas do original mas seguramente a partir do D. Rodrigo da Cunha e também do Carvalho da Costa.

5 - Obras de referência maior

De toda esta galáxia de obras de referência algumas há que pela autoridade dos seus autores ou carácter enciclopédico das suas informações brilham com mais luz própria e servem também para unificar e organizar os saberes e as referências relativamente a temas mais gerais. Por isso convém atentar de um modo particular nas referências a que se recorre com mais frequência, porque essas são os modelos, os protótipos que melhor permitem atingir os horizontes culturais e bibliográficos deste clero mas também, em grande medida, alguns dos enquadramentos e elementos com que foram redigidas as *Memórias*.

À cabeça e a grande distância de todas as demais é de citar a *Corografia* de Carvalho da Costa. A *Corografia* constitui uma espécie de "armazém de conhecimentos úteis" onde se vão buscar os informes essenciais sobre as terras e as suas gentes, formatados à medida do que tradicionalmente se inquire no âmbito paroquial.

A 2- grande obra de referência é a *História Eclesiástica de Braga* de D. Rodrigo da Cunha. Obra marcada com o selo da autoridade do saber e do poder do Arcebispo Primaz, nela se fixaram os elementos e fundamentos históricos da primazia e superior dignidade da igreja bracarense, nela vão tratados os temas históricos e modernos mais importantes da igreja, diocese e província bracarense a que os memorialistas recorrem para compor suas *Memórias* como obra merecedora de todo o crédito e referência. De assinalar, aliás, que a *História Eclesiástica de Braga* passa incólume e sobrevive à revisão historiográfica da Academia de História e a historiadores como Contador de Argote e Correia Alvarenga (*Braga Triunfante... 1742*) de modo que em 1758 ela ainda segue e continuará seguindo como a História por excelência de Braga e seu Arcebispado.

A maior distância situa-se a *Nobiliarquia Portuguesa* de Vilas Boas Sampaio que é por onde se documentam para além do Carvalho da Costa e até do D. Rodrigo a genealogia e antiguidade da nobreza provincial portuguesa. Não faltaria nas terras gente e sobretudo prosápia para preencher o *item* sobre os ilustres locais (item 18) caso os párcos quisessem alargar-se na fixação destes ilustres nobres. Mas os párcos contiveram-se nos limites desta evocação, acontecendo muitas vezes nem sequer elencar elementos importantes de famílias que eram os padroeiros/apresentadores dos seus benefícios paroquiais.

A lista das obras e autores mais referenciados encerra-se com o *Agiológico* de Jorge Cardoso e a *Geografia Histórica* de L. Caetano de Lima, bem menos vezes citadas. Mas estas eram obras que bem podiam ser dispensadas. Com efeito a história e relatos das vidas dos santos, a hagiografia da terra ou da diocese, os ilustres por Virtudes e Religião bem a podem recolher os párcos nas lições feitas à medida nos seus livros de uso quotidiano, o Missal e o Breviário pelo que o Jorge Cardoso é facilmente dispensado. Por outro lado, a *Geografia histórica* de C. de Lima poucas informações tem a fornecer aos memorialistas das paróquias porque a sua obra se coloca no quadro mais vasto do que as preocupações do Inquérito. Ela fornece isso sim a *Lista dos Fogos e Almas das terras de Portugal* (ano de 1732) a que os redactores das *Memórias* resumos das entradas das *Memórias* paroquiais que se perderam recorreram para fazer a pequena síntese que substitui a Memória perdida. Mas esta não foi tarefa levada a cabo pelos párcos.

6 - Geografia cultural

Um rápido tratamento estatístico à frequência e distribuição das referências a autores e/ou obras pelos 13 concelhos do Distrito (com Vizela agregado a Guimarães) permite verificar que o volume de maiores referências se verificam para as paróquias do concelho Barcelos (33) seguido de Braga (19), Guimarães/Vizela (13), Póvoa de Lanhoso e Amares (7 cada). Os restantes conce-

lhos de Terras de Bouro, Vieira do Minho, Famalicão, Vila Verde e Esposende situam-se em limiares inferiores a 5 referências. Para Cabeceiras de Basto, Celorico de Basto e Fafe não há mesmo referência alguma.

Esta distribuição é de algum modo espelho de diferentes níveis de desenvolvimento e acesso do clero a fontes de informação e difusão bibliográfica, já que são os concelhos presididos por vilas e cidades que se vem colocados em posição superior. É certo que estes também são os concelhos mais extensos, mas há que referir também que a maior recorrência à referência a livros e autores se verifica e concentra em muito poucas paróquias quasi sempre nas sedes, a cabeça do concelho, como é o caso de Braga, Barcelos com a exceção de Guimarães que por isso se vê colocada a uma grande distância. Os párocos memorialistas das sedes dos concelhos, nas paróquias urbanas, registam com efeito claramente um caudal de referências mais alargado.

Em regra pelos registos das *Memórias Paroquiais* não é possível fazer qualquer associação entre níveis de referências "bibliográficas" e títulos académicos ou outros suplementos de instrução porque nas *Memórias* os memorialistas tirando algumas exceções, não se referem a tais títulos. Mas essa é evidentemente uma pista a explorar para conhecer os termos de uma relação que à partida nos parece positiva.